

Prefeitura Municipal Estância Turística de Paranapanema
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 1785 DE 22 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre nomeação do Gestor para parceria com as Organizações da Sociedade Civil.

JOSÉ MARIA ALVES, Prefeito Municipal da Estância Turística de Paranapanema, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a necessidade de gerenciar parceria celebrada entre a administração pública e a Organização da Sociedade Civil no termos dos artigos 61 e 62 da Lei 13.019 de 31 de julho de 2014;

E em cumprimento a nomeação que trata o inciso IV do art. 1º, alínea h do inciso V do art. 35, da Lei 13.019/14;

DECRETA

Art. 1º Designa a Sra. **MARILI APARECIDA PEDROSO CAMARGO**, *SECRETÁRIO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL* como GESTOR, e como SUPLENTE a Sra. JOELMA VIEIRA PAES DE OLIVEIRA e a Sra. **VERLY CÁSSIA DE LIMA**, *SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA* como GESTOR, e como SUPLENTE a Sra. RENATA SEAWRIGHT.

§ 1º Os efeitos deste decreto, conforme o caso estende aos termos aditivos destas parcerias.

§ 2º O servidor nomeado está impedido de gerenciar a parceria, no caso específico, se nos últimos 05 (cinco) anos tenha mantido relação jurídica com, ao menos 01(uma) das entidades parcerias.

§ 3º Fica impedido de gerenciar, o servidor que seja parente do dirigente ou de membros da diretoria da entidade, inclusive de seus cônjuges ou companheiros, bem como se for parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até segundo grau.

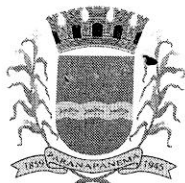
§ 4º Confirmada a relação de que trata os §§ 2º e 3º deste artigo, o gestor manifestar pela sua substituição por outro servidor de cargo ou função equivalente, exclusivamente para o caso, mantido sua atuação nos demais parcerias.

§ 5º Constatada a irregularidade prevista nos termos que trata os §§ 2º e 3º deste artigo, todos os Atos do gestor tornam-se nulo, obrigando refazê-los, inclusive com visitas intempestivas as entidades parcerias.

Art. 2º São obrigações do gestor, cumprir o estabelecimento no art. 61 da Lei 13.019/14, no tocante a:

- I. Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- II. Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de





Prefeitura Municipal Estância Turística de Paranapanema
GABINETE DO PREFEITO

- irregularidade na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- III. Emitir relatório técnico de monitoramento avaliação da parceria, antes e durante a vigência do objeto, e submeter à homologação pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que deverá conter no mínimo:
- Descrição sumária as atividades e metas estabelecidas;
 - Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
 - Valores efetivamente transferidos pela administração pública e valores comprovadamente utilizados;
 - Quando for o caso, os valores pagos nos termos do art. 54 da Lei 13.019/14, os custos indiretos, os remanejamentos efetuados, as sobras de recursos financeiras, e eventuais valores devolvidos aos cofres públicos;
 - Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas;
 - Análise das auditorias realizadas pelo controle interno e externo, no âmbito de fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.
- IV. Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei 13.019/14.
- V. Disponibilizar ou requisitar da administração municipal, matérias e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.
- VI. Cumprir com os prazos previstos na Lei 13.019/14, e no instrumento da parceria, quanto ao parecer conclusivo e aos recursos impetrados.
- VII. Exigir a prestação de contas das entidades parceiras, conforme determina a Lei 13.019/14, e demais exigências previstas no instrumento de parceria e nas normas do Tribunal de Contas jurisdicionado, caso houver.
- VIII. Realizar pesquisa de satisfação das parcerias quando a duração for superior a 01(um) ano.

Art. 3º Na hipótese de não execução ou má execução de parceria em vigor ou de parceria não renovada, conforme prevê o parágrafo único do art. 62 da Lei 13.019/14, cabe ao gestor notificar a Administração Municipal, no prazo de 03 dias o conhecimento do fato, para que intervenha no objeto a fim de atender ao que dispõe o artigo 62 da referida Lei, sob pena de responsabilidade.

Art. 4º Este decreto deve ser identificado nos termos de fomento e de colaboração firmados com as OSC.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paranapanema, 22 de Outubro de 2019.





Prefeitura Municipal Estância Turística de Paranapanema
GABINETE DO PREFEITO

Jose Maria Alves
JOSE MARIA ALVES
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Paço Municipal da Prefeitura da Estância Turística de Paranapanema na data supra.

Igor Plens
IGOR PLENS
Secretário de Governo e Negócios Jurídicos

